



**Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)**

**Avaliação,  
Políticas  
e Expansão  
da Educação  
Brasileira 6**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da  
Educação Brasileira 6

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A945	Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 6 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 6)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-463-4 DOI 10.22533/at.ed.634191007  1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.  CDD 379.981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A BRINCADEIRA DE FAZ DE CONTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CARACTERÍSTICAS E POSSIBILIDADES DE AÇÕES	
Adriane Sanae Matuo Tacahashi Heloisa Toshie Irie Saito	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6341910071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DA CRIANÇA	
Edjôfre Coelho de Oliveira Claudiana Sousa Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6341910072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
A INTERVENÇÃO MUSICAL COM BEBÊS EM RISCO PSÍQUICO	
Aruna Noal Correa Ana Paula Ramos de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6341910073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
A PRÉ-ESCOLA E A EMENDA 59/09 NO MUNICÍPIO DE ALVORADA/RS	
Mariane Vieira Gonçalves Ana Cláudia Von Wurmb da Silva Vera Dausacker	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6341910074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
BEBÊS EM BERÇÁRIO: EXPLORAÇÃO SONORO-MUSICAL COTIDIANA	
Aruna Noal Correa Cláudia Ribeiro Bellochio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6341910075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO (NO) CORPO – A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA MOTRICIDADE NA INFÂNCIA	
Deborah Kramer	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6341910076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
COSTURINHAS: ALINHAVANDO AUTORIAS	
Marcelo Magalhães Foohs Ester Julice dos Santos Bastos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6341910077</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>75</b>
ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: UM ESTUDO SOBRE A OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB	
Naara Queiroz de Melo Melânia Mendonça Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6341910078</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>79</b>
EXPERIÊNCIAS NARRADAS CORPORALMENTE E AS BRINCADEIRAS DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Luciana Silvia Evangelista Mônica Caldas Ehrenberg	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6341910079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>95</b>
FIGUEIREDO PIMENTEL: DO NATURALISMO À BIBLIOTHECA INFANTIL	
Soyane da Silva Santos Janahina de Oliveira Batista	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>105</b>
FILOSOFIA E INFÂNCIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE FILOSOFIA PARA CRIANÇAS	
Williams Nunes da Cunha Junior Dariely Lays Monteiro de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>115</b>
MUSICALIZAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: CRIANÇAS PEQUENINHAS E SUAS EXPLORAÇÕES MUSICAIS	
Maria Cristina Albino Galera Marta Regina Paulo da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100712</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>131</b>
O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO, O PNAIC E A NOVA VERSÃO DA BNCC: ENTRE TENSÕES E DESAFIOS	
Claudia de Souza Lino Claudia de Oliveira Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100713</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>144</b>
POLÍTICA DE “UNIVERSALIZAÇÃO” DA PRÉ-ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB (2014-2016)	
Kilma Wayne Silva de Sousa Melânia Mendonça Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100714</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>157</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA PESQUISA EM DUAS EMEIS DE SANTA MARIA - RS	
Andressa Wiedenhof Marafiga	
Jucilene Hundertmarck	
Taciana Camera Segat	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>169</b>
SER CRIANÇA, SER BRINCANTE: REFLEXÕES SOBRE O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Michaelly Calixto dos Santos	
Priscila Gomes dos Santos	
Sayarah Carol Mesquita dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>179</b>
SOBRE DIVERTIR, EDUCAR E INSTRUIR AS CRIANÇAS: O CASO DA REVISTA <i>VIDA INFANTIL</i> (1947-1951)	
Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>193</b>
O EFEITO DAS SESSÕES DE EDUCAÇÃO PARENTAL SOBRE AS PRÁTICAS DOS PAIS/ CUIDADORES RESIDENTES NO DISTRITO DE MATUTUÍNE, PROVÍNCIA DE MAPUTO, TAL COMO PERCEBIDO PELAS PARTICIPANTES E FACILITADORAS	
Lucena Albino Muianga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>208</b>
“ <i>CRIANÇA NÃO TRABALHA, CRIANÇA DÁ TRABALHO</i> ”: DO CANTO AO DESENCANTO DOS DIREITOS INFANTIS SOB OLHARES DA EDUCAÇÃO FÍSICA	
Maria Cristina Silva Torres Soares	
Claine Gonçalves Nery	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>217</b>
A EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: DO ONÍRICO AO REAL – POSSIBILIDADES	
Enéas Machado	
Sandra Regina Trindade de Freitas Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100720</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>225</b>
CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA REFLEXÃO DO PAPEL DO PROFESSOR: EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Deine Queiroz da Conceição	
Marcela Silva Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>229</b>
CURRÍCULO INTEGRADO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES NO PROEJA	
Gilvana Mendes da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100722</b>	



<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>242</b>
EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA PROPOSTA DO PROJovem URBANO: EMBATES E DESAFIOS	
<a href="#">Marcos Torres Carneiro</a> <a href="#">Maria Aparecida de Queiroz</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>247</b>
MARCOS CONCEITUAIS E LEGAIS E OS DILEMAS ENFRENTADOS PELA JUVENTUDE EM BUSCA DE TRABALHO E EDUCAÇÃO	
<a href="#">Yossonale Viana Alves</a> <a href="#">Márcio Adriano de Azevedo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100724</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>262</b>
O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NO RIO GRANDE DO NORTE: ALGUMAS REFLEXÕES	
<a href="#">Suerda Maria Nogueira do Nascimento</a> <a href="#">José Moisés Nunes da Silva</a> <a href="#">Maria Aparecida dos Santos Ferreira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100725</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>275</b>
CENÁRIOS DO CONTEXTO EDUCACIONAL: GÊNERO, INFÂNCIA E (IN) DISCIPLINA	
<a href="#">Franciéli Artl Lopes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100726</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>286</b>
DIVERSIDADE DE PÚBLICO E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
<a href="#">Maria Aparecida dos Santos Do Nascimento</a> <a href="#">Sílvia da Aparecida Cavalheiro</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100727</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>302</b>
PROBLEMATIZANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE AS CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS	
<a href="#">Kátia Batista Martins</a> <a href="#">Adriana Cristina de Oliveira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100728</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>319</b>
UM MODELO DIDÁTICO DO GÊNERO CURIOSIDADE CIENTÍFICA PARA O 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<a href="#">Flávia Simões de Moura</a> <a href="#">Luzia Bueno</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63419100729</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>331</b>

## POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA PESQUISA EM DUAS EMEIS DE SANTA MARIA - RS

**Andressa Wiedenhof Marafiga**

Universidade Federal de Santa Maria

Santa Maria – Rio Grande do Sul

**Jucilene Hundertmarck**

Prefeitura Municipal de Santa Maria

Santa Maria – Rio Grande do Sul

**Taciana Camera Segat**

Universidade Federal de Santa Maria

Santa Maria – Rio Grande do Sul

**RESUMO:** O que realmente se quer para as crianças da Educação Infantil? Quais elementos são importantes para realizar um trabalho com qualidade? O que é necessário que as crianças aprendam? Como e o que avaliar? Quais são os direitos fundamentais das crianças na Educação Infantil? Preocupadas com estas inquietações, elencamos o seguinte problema para este estudo: De que maneira as políticas que tratam de qualidade na Educação Infantil vêm sendo compreendidas e implementadas em duas escolas para a infância no município de Santa Maria - RS? Para o desenvolvimento foram selecionadas duas EMEIS (Escola Municipal de Educação Infantil) do município de Santa Maria – RS. Foram entregues dois questionários para as escolas, um dirigido a equipe diretiva e outro aos professores. Este era dividido por faixa etária, um para docentes

que atuam com a faixa etária de 0 – 3 anos e outro de 4 – 6 anos. Valeu-se de estudos dos documentos em vigor, Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil, volume 1 e 2 (2006); Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009), Critérios para um atendimento em creche que respeite os direitos fundamentais das crianças (2009), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) e a Resolução CMESM nº 30 (2011). Um aspecto evidenciado na pesquisa, foi o desejo de mudança na estrutura física das EMEIS. Destacamos que o intuito da pesquisa não foi o de comparar as duas EMEIS, mas sim identificar como as políticas criadas e disponibilizadas estão ou não sendo articuladas as vivências que acontecem no âmbito escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Infantil. Qualidade. Políticas Públicas. Gestão Escolar.

**ABSTRACT:** What do all really want for Early Child Education? What elements are important for a quality work? What is necessary for children learning? How and what to evaluate? What are the fundamental rights of children in Early Childhood Education? Concerned with these restlessness, it was highlighted the following problem for this study: How are the policies that deal with quality in Early Childhood Education being understood and implemented in two schools for children in the municipality

of Santa Maria - RS? For the development, two EMEIS (Municipal School of Early Childhood Education) of the municipality of Santa Maria - RS were selected. Two questionnaires were sent to the schools, one directed to the directive team and the other to the teachers. This was divided by age group, one for teachers who work with the age group of 0-3 years and another of 4 - 6 years. It was based on studies of the documents in force, National Quality Parameters for Early Childhood Education, volume 1 and 2 (2006); Quality Indicators in Early Childhood Education (2009), Criteria for care in day care that respects the fundamental rights of children (2009), National Curricular Guidelines for Early Childhood Education (2009) and CMESM Resolution No. 30 (2011). One aspect evidenced in the research was the desire for a change in the physical structure of EMEIS. It is emphasized that the aim of the research was not to compare the two EMEIS, but to identify how the policies created and made available are or are not articulated to the experiences that happen in the school context.

**KEYWORDS:** Early Childhood Education. Quality. Public Policy. School management.

## 1 | CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA

O presente artigo visa exibir um recorte de uma pesquisa já concluída. A escolha da problemática surgiu a partir de algumas inquietações referentes ao nível da Educação Infantil. Diante disso, refletíamos sobre que Educação Infantil realmente se quer para as nossas crianças? O que é qualidade e qual qualidade ofertar a elas? Quais elementos são importantes para realizar um trabalho com qualidade? O que é necessário que as crianças aprendam? Quais são os direitos fundamentais das crianças na Educação Infantil? De que qualidade está se falando? Muitos eram e continuam sendo nossos questionamentos, afinal eles nunca se encerram, mas continuam permeando nossas práticas. Frente a isso, elencou-se como problemática a ser pesquisada: De que maneira as políticas que tratam de qualidade na Educação Infantil vêm sendo compreendidas e implementadas em duas escolas para a infância no município de Santa Maria - RS?

Esta pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa, pois observa o elemento a ser pesquisado, no sentido de coletar e analisar dados para tentar entendê-los. Assim, tentamos compreender o fenômeno de pesquisa, “de modo a colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento” (MINAYO, 2011, pg. 623). A primeira fase consistiu em delimitar a unidade que constituiria o caso a ser pesquisado. Nos valem do estudo de documentos em vigor do Ministério da Educação (MEC), sendo, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil, volume 1 e 2 (2006); Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009); Critérios para um atendimento em creche que respeite os direitos fundamentais das crianças (2009); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) e a Resolução CMESM nº 30 (2011). Salientamos que na época do desenvolvimento desta pesquisa, a BNCC (Base Nacional Comum

Curricular) não havia sido aprovada, estava em construção.

A segunda fase foi à coleta dos dados, que como destaca Ventura (2007), geralmente é feita com vários procedimentos qualitativos e quantitativos. Para essa etapa, realizou-se a entrega de questionários para os professores e equipe diretiva de duas EMEIS (Escola Municipal de Educação Infantil) do município de Santa Maria – RS, escola Rosa e escola Amarela. Optou-se por esse método para dar mais privacidade aos participantes da pesquisa, já que os mesmos puderam escolher nomes fictícios, tendo em vista nossa preocupação com a identidade dos sujeitos. A utilização de questionários tem como vantagens, a segurança das respostas não identificadas; o tempo e momento favorável para os participantes responderem e menos riscos de distorções pela não influência do pesquisador.

Diante desses procedimentos ainda caracteriza-se a pesquisa como estudo de caso, esse método envolve três fases (YIN, 2001): a escolha do referencial a ser estudado, bem como a seleção do(s) caso(s) a ser (em) pesquisado (s); a condução do estudo de caso, com coleta e análise dos dados; a análise dos dados obtidos à luz da teoria, interpretação dos resultados. O estudo de caso visa compreender o porquê de determinada situação.

Na etapa da coleta de dados, como descrito anteriormente se optou por um questionário para a equipe diretiva da escola, onde as seis primeiras questões eram referentes ao nome fictício da escola, data de fundação, gênero dos sujeitos da equipe escolar, formação, tempo de carreira e idade. E outro para os professores da Educação Infantil, sendo esses divididos para professores que atuam com crianças de 0 – 3 anos e para professores de crianças de 4 – 6 anos, totalizando 10 professoras nas duas escolas, pois algumas não retornaram o questionário.

Algumas informações foram evidenciadas a partir destas perguntas, como por exemplo, que ambas as EMEIS não contam com vice direção, apenas direção e supervisão/orientação. Percebeu-se no questionário das professoras, a predominância do sexo feminino na área da Educação Infantil, o que demonstra que mesmo na atualidade com um espaço maior para discussões de gênero, ainda necessitamos explorar essa temática. Essas foram algumas das informações iniciais observadas a partir dos questionários.

## **2 | POLÍTICAS PÚBLICAS: PENSANDO A QUALIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA COMO DIREITO DA CRIANÇA**

A área da política pública consolidou-se como um corpo teórico e instrumental voltado para os conhecimentos produzidos e problemas públicos em diversos campos, dentre eles, a sociologia, a economia, o direito e a educação. No campo educacional, foco de nossa pesquisa, “estamos tratando de ideias e de ações. E, sobretudo, de ações governamentais [...]” (VIEIRA, 2007, p.56). Essas políticas educacionais tratam

de áreas específicas, políticas do ensino superior, políticas de educação infantil, etc. De acordo com Vieira (2007, p.56) “as políticas educacionais expressam a multiplicidade e a diversidade da política educacional em um dado momento histórico”. Destaca-se o campo escolar como espaço propício para a formulação de novas políticas. As políticas vão traduzindo as intenções do poder público e ao serem colocadas em práticas se materializam na gestão. (VIEIRA, 2007).

Diante disso, é necessário diferenciar alguns termos, como gestão educacional e gestão escolar. A gestão educacional abrange um âmbito maior, o de rede e/ou sistema municipal, estadual ou federal. Já, a gestão escolar refere-se às questões organizacionais, institucionais da escola, como o financeiro, cultural, pedagógico, etc.

A gestão educacional evidencia que os desafios e dificuldades experimentadas no processo educacional são globais e abrangentes. A autora Lück (2006, p. 25), coloca que,

a gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados.

Portanto, a gestão educacional se constitui como um campo importante, tendo em vista que é por meio dela que se observa a escola e se interfere sobre questões globais. Já, a gestão escolar encontra-se na esfera micro, salienta-se que ambas articulam-se mutuamente.

Acreditamos ser necessário compreender o caráter abrangente da gestão escolar, englobando direção, secretária da escola, orientação educacional, coordenação e/ou supervisão pedagógica. E como destaca Lück (2009), segundo o princípio da gestão democrática, a gestão escolar inclui a participação ativa dos docentes e comunidade escolar, de modo a contribuírem para a efetivação da gestão democrática. Especificamente neste trabalho quando mencionarmos gestão escolar estaremos nos referindo à equipe diretiva, professores, e a todos os envolvidos no âmbito da escola.

Para que se tenha um ambiente adequado as exigências de qualidade e segurança, é importante à discussão do termo qualidade. Essa palavra pode incitar múltiplas interpretações, pois, não é algo neutro, mas baseado em um conceito de crenças e valores construídos e reconstruídos ao longo da história da humanidade. Assim, não pode ser algo sem movimento, parado, mas democrático, flexível, revisto e pensado inúmeras vezes, de forma contínua e permanente, refletido e contextualizado de acordo a realidade de cada espaço e momento social. O conceito de qualidade “diz respeito, principalmente, à definição por meio de especificação de critérios, de um padrão generalizável em contraposição ao qual um produto pode ser julgado com certeza” (DAHLBERG, MOSS E PENCE, 2003, p. 127).

No nível da Educação Infantil, o termo qualidade, gera outro campo de atividade, como relatam Dahlberg, Moss E Pence (2003, p. 134).

o desenvolvimento de padrões e diretrizes de boa prática para várias formas de provisão de cuidados à primeira infância, que, embora não-estruturados como medidas ou método de avaliação, na verdade proporcionam definições de qualidade.

A investigação da qualidade na infância foi constituída pela busca de padrões objetivos e, pelas discussões nas instituições referente a infância, as crianças, etc.

Portanto, no que tange a Educação Infantil, existem condições mínimas e objetivas para a garantia do respeito aos direitos das crianças, conseqüentemente, à oferta de um atendimento de qualidade. Em busca de uma melhor qualidade na E.I, algumas políticas foram criadas pelo MEC. Apresentamos a seguir, a política, bem como seu breve objetivo. **Política 1:** Volume 1 e 2 dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006); Objetivo: Estabelecer padrões de referência orientadores para o sistema educacional no que se refere à organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil; **Política 2:** Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (2009); Objetivo: Auxiliar as equipes que atuam na Educação Infantil, juntamente com famílias e pessoas da comunidade, a participar de processos de autoavaliação da qualidade, que tenham um potencial transformador. Pretende ser um instrumento que ajude os coletivos, equipes e comunidades. **Política 3:** Critérios para um atendimento em creche que respeite os direitos fundamentais das crianças (2009); Objetivo: Atingir, concretamente e objetivamente, um patamar mínimo de qualidade que respeite a dignidade e os direitos básicos das crianças nas instituições. **Política 4:** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009); Objetivo: Esta norma tem por objetivo estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na educação infantil. **Política 5:** Resolução CMESM nº 30 (2011); Objetivo: Esta Resolução objetiva ser um instrumento norteador ao processo de reflexão e [re]significação do papel social e educativo da escola, em especial como espaço público de cultura viva.

As políticas pressupõem ações governamentais, implementadas através de documentos oficiais. As mesmas vêm prontas do governo para o âmbito escolar, sem a participação de quem está diariamente nas escolas: professores, diretores, supervisores, crianças, etc. Entretanto, mesmo sem essa participação direta, é na escola que essas devem se efetivar, cabendo aos sujeitos envolvidos neste espaço a compreensão e entendimento destas políticas.

### 3 | AS POSSÍVEIS, AS NECESSÁRIAS E AS IMPOSSÍVEIS REESTRUTURAÇÕES APONTADAS PELAS PESQUISADAS

Nesta parte do estudo voltamo-nos para as possíveis reorganizações da/na Educação Infantil com intuito que as pesquisadas (professoras e equipe diretiva) destacassem quais mudanças consideram necessárias neste nível para que se tenha uma melhor qualidade. Nesta questão não se obteve respostas de três professoras,

uma docente da EMEI Rosa, e duas da EMEI Amarela.

Apresentamos a seguir as respostas das equipes diretivas. De acordo com a EMEI Amarela: *“A escola já trabalha numa perspectiva de realizar um trabalho que faça a diferença. No entanto, a modificação seria no sentido de aumentar o número de vagas para atendimento de 4 e 5 anos, pela obrigatoriedade”*. Conforme a EMEI Rosa: *“O problema da maioria das escolas de Educação Infantil do nosso município, é que elas não foram construídas para a Educação Infantil, mas sim adequadas à realidade atual. Sugiro uma equipe de multiprofissionais pelo menos uma vez na semana. Salas amplas, número menor de alunos nas salas. Espaços amplos para os dias de chuva”*.

Já, nas respostas das docentes, obteve-se as seguintes mudanças/(re) organizações, mencionadas uma única vez: Adesão ao construtivismo; Política de cobrança para os pais e Reorganização do currículo. Apareceram duas vezes nas respostas: Investimentos na E.I e Investimento na qualificação profissional. E, três vezes: Número de alunos por sala de aula. E, quatro vezes: Estrutura física.

Destacamos que as professoras, bem como a equipe diretiva da EMEI Rosa estão insatisfeitas com a estrutura física da instituição. A professora Lúcia relata: *“Um dos problemas que nossa escola enfrenta é o espaço físico que não é adequado à realidade atual”*. Isso demonstra a insatisfação com o espaço que dispõem e a preocupação em melhorar a estrutura para assim ter uma melhor qualidade ao atender as crianças, entendendo que o espaço precisa ser um facilitador das interações. A autora Nunes (2006, p. 22), destaca que *“a organização do tempo e do espaço, nas instituições de Educação Infantil, vai denotar o projeto pedagógico ali vivido”*. Através da organização do espaço frequentado pela criança, evidenciamos parte de nossa compreensão acerca da mesma, demonstramos algumas das atribuições entendidas como necessidades e direitos da criança.

Diante disso, como a discussão referente ao espaço físico é pensada pelas políticas? Em diferentes documentos encontram-se pontos destacados referindo-se a importância de um ambiente aconchegante, equipamentos e materiais adequados e espaços amplos que propiciem os movimentos das crianças. Como destaca o documento *“Parâmetros de Qualidade”* (2006), espaços bem organizados *“Propiciam as interações entre as crianças e entre elas e os adultos”* (p. 42). *“O mobiliário, os materiais e os equipamentos são organizados para tornar os diferentes espaços da instituição de Educação Infantil mais aconchegantes e confortáveis”*. (p. 43). Já, os Indicadores da Qualidade (2009, p. 50), orientam,

os ambientes físicos da instituição de Educação Infantil devem refletir uma concepção de educação e cuidado respeitosa das necessidades de desenvolvimento das crianças, em todos seus aspectos: físico, afetivo, cognitivo, criativo.

No documento *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (2009, p. 03), destaca-se

Art. 8º, Inciso 1º: As propostas pedagógicas das instituições de E.I deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços

e tempos que assegurem: VI - os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição.

Percebe-se que os documentos dão proeminência a um espaço rico e potencializador de interações entre os diferentes sujeitos no âmbito escolar, deixando clara a necessidade de espaços arejados e ventilados; locais fechados para os dias de chuva; materiais adequados para a faixa etária e em quantidade suficiente para todas as crianças da turma.

Os documentos visam essa boa qualidade na infraestrutura, indo ao encontro do que desejam as professoras e equipe diretiva, almejando um local adequado para as crianças se desenvolverem. Então, por qual motivo ainda enfrentamos tais discussões? Este ponto em foco encontra-se com outro item destacado pelas docentes como mudança primordial nas EMEIS, o desejo de um maior investimento no nível da Educação Infantil. Essa falta de recursos financeiros para o âmbito escolar é o que faz com que os documentos e as falas das professoras se desencontrem, deste modo não se efetivando. O que gera a terceira necessidade de mudança mais relatada pelas docentes, o número de alunos por sala de aula. Onde os investimentos são poucos e a demanda cresce cada vez mais, devido a aprovação e implementação da Lei 12.796 de 4 de abril de 2013, que estabelece a obrigatoriedade de matrícula para as crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil.

Como realizar um trabalho de qualidade em salas de aula pequenas, com um número grande de alunos? Sabe-se dessa dificuldade encontrada nas EMEIS atualmente. Diante disso trazemos um dado importante: do ano de 2009 até 2015 não foi criada nenhuma EMEI na cidade de Santa Maria – RS (apenas em 2019 duas novas EMEIS serão abertas). Mostramos abaixo um breve quadro em relação ao número de evolução do atendimento na Educação Infantil.

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
2.257	2.298	3.524	3.865	4.576	4.879	5.470

Quadro: Evolução do atendimento na Educação Infantil

Fonte: Setor Pedagógico – SMED – Santa Maria – Rio Grande do Sul.

De que maneira se propicia espaços adequados para as crianças, se embora nenhuma EMEI tenha sido criada, o atendimento foi ampliado consideravelmente? Nota-se no quadro acima, que de 2009 a 2015 o número de vagas que foram criadas é de 3.213. Quando é necessário que as EMEIS adaptem da maneira que conseguem, reorganizando os espaços, diminuindo ou terminando com espaços muito importantes para o desenvolvimento das crianças como é o caso das bibliotecas, tudo isso para aumentar o número de salas e colocar ainda mais crianças nas turmas.

Outras mudanças citadas pelas professoras e/ou equipe diretiva foram: adesão



ao Construtivismo; Qualificação profissional; Política de cobrança para Pais/ Família na educação dos filhos; Equipe de multiprofissionais; Reestruturação do currículo.

No item citado por uma docente, política de cobrança para Pais/Famílias na educação dos filhos, talvez falte um diálogo entre EMEI e os pais, um maior chamamento do âmbito escolar para a participação dos familiares na escola. Muitas vezes alguns pais não têm compreensão acerca da importância da interação entre escola e família, entendimento este que, muitas vezes, falta inclusive aos profissionais da educação, quando chamam os pais com intuito de cobrança e não com a prerrogativa de ajudar. Essa relação é destacada nos documentos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009), na sétima dimensão: “Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social”. Neste item é destacado o quão a instituição de E.I se enriquece com a participação dos pais, aumentando a possibilidade de um bom trabalho, “família e instituição de Educação Infantil terão melhores elementos para apoiar as crianças nas suas vivências, saberão mais sobre suas potencialidades, seus gostos, suas dificuldades” (BRASIL, 2009, p. 57). Acredita-se que cada EMEI sabe de seus desafios e potencialidades, cabendo a estas organizar espaços para trocas de experiências entre professores e familiares, não esperando que os pais o façam sem orientação.

Uma equipe de multiprofissionais foi a sugestão dada pela equipe diretiva da EMEI Rosa. A mesma não foi exemplificada, apenas dito que seria implementada no mínimo uma vez na semana. Pensamos que seja uma equipe composta por diferentes sujeitos de diversas áreas, como por exemplo, psicólogos, nutricionistas, fonoaudiólogos, assistente social, etc. O que seria algo muito interessante para as EMEIS, principalmente as que são compostas por famílias de baixa renda e/ou em situações de vulnerabilidade social. O trabalho interdisciplinar realizado por professores e sujeitos de outras profissões ajudaria no desenvolvimento integral das crianças e das famílias.

Em outra mudança sugerida, tem-se a (re)organização do currículo, relatada por uma professora da EMEI Rosa. Os questionamentos voltam-se ao fato de que até o momento atual, quem organiza o currículo escolar, são as próprias EMEIS. E, mesmo que as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, sendo normas obrigatórias, com o objetivo de auxiliar na elaboração das propostas pedagógicas na Educação Infantil, as mesmas não trazem o que se deve ensinar. A mudança no currículo deve vir do diálogo com os sujeitos envolvidos no âmbito escolar, a partir das necessidades e desejos das crianças. O documento referido destaca as concepções de proposta pedagógica e currículo, primeiro como algo elaborado no processo coletivo, contando com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar; segundo, como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2010, p. 12/13). Outro aspecto

salientado pelo documento são os eixos norteadores: interações e brincadeiras, que devem garantir determinadas experiências, como por exemplo: o conhecimento de si e do mundo; as diferentes linguagens; autonomia; curiosidade e exploração; manifestações e tradições culturais brasileiras, entre outros.

Também, conta-se com os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (1998), guia de orientação, “que deverá servir de base para discussões entre profissionais de um mesmo sistema de ensino ou no interior da instituição, na elaboração de projetos educativos singulares e diversos” (BRASIL, 1998, p.09). Como bem diz o nome do documento, eles são referenciais para nortear a prática, não sendo obrigatório a nenhuma instituição de Educação Infantil.

Refletindo sobre essas situações, foi descrito acima que atualmente não temos nenhuma lei, política e documento que diga o que se deve ensinar as crianças, mesmo que as DCNEI sejam normas obrigatórias, as mesmas não determinam o que ensinar, dando as instituições livre arbítrio para isso. Surge no ano de 2015 o início de uma discussão referente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que vai desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Essa visa assegurar que todo estudante, em qualquer região do Brasil, tenha garantido o acesso à aprendizagem de conhecimentos fundamentais, promovendo uma maior equidade e coerência no sistema educacional. Se olharmos os documentos anteriores, a referida reforma curricular vem sendo anunciada desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, quando apresenta em seu Art. 9, Inciso IV,

estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **competências e diretrizes** para a Educação Infantil, o ensino fundamental e o Ensino Médio, que **nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum**; (BRASIL, 1996, p. 03, grifo das autoras).

Como se observa no grifo, já se fala em competências para nortear os currículos, apresentando conteúdos mínimos. Outro documento que apresenta essa referência de elaboração é os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), na página 10, os parâmetros são apresentados com intuito de estabelecer uma **referência nacional** que subsidie os sistemas na discussão e implementação de Parâmetros de Qualidade locais. E, em um dos documentos atuais fica nítida esta elaboração da Base Nacional Comum Curricular, é nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010) que se anuncia a construção do documento, o item 14 - Implementação das Diretrizes pelo Ministério da Educação - (p. 31), traz que,

cabe ao Ministério da Educação elaborar orientações para a implementação das Diretrizes Curriculares. Visando atender a essa determinação, a Secretaria de Educação Básica, por meio da Coordenação Geral de Educação Infantil, **está elaborando orientações curriculares, em processo de debate democrático** e com consultoria técnica especializada, sobre os seguintes temas: o currículo na Educação Infantil: o que propõem as novas Diretrizes Nacionais? [...] (BRASIL, 2010, p. 31, grifo das autoras).

No grifo, compreende-se a clara intenção da elaboração da Base Nacional

Comum Curricular. Estudos sobre a BNCC começam a surgir, ainda não temos clareza se esse documento realmente irá melhorar a educação e seus níveis de ensino, para tal avaliação é necessário aguardar sua total implementação nas escolas, o que é certo, é que o documento está aprovado. Diante disso, para nós, cabe em nossos próximos estudos um olhar atento e crítico a esta política. E, a continuação de nossas reflexões, sobre os direitos fundamentais das crianças, bem como, a melhoria na qualidade da E.I.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES

Iniciamos estas considerações destacando que nosso objetivo não pretende comparar as EMEIS, ou dizer o que está certo e/ou errado, pois essas palavras podem ser dúbias e de diferentes significações para cada sujeito. Todavia pretendemos identificar como as políticas, criadas e disponibilizadas com a intenção de melhorar a qualidade do ensino, estão ou não sendo articuladas as vivências que acontecem no âmbito escolar das EMEIS da cidade de Santa Maria - RS e de que maneira os documentos subsidiam o entendimento da equipe diretiva e dos professores sobre qualidade na Educação Infantil.

Nesse sentido, mesmo que os documentos: Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil, volume 1 e 2 (2006); Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009), Critérios para um atendimento em creche que respeite os direitos fundamentais das crianças (2009) estejam disponibilizados nas EMEIS, questionamos como respeitar a qualidade e os direitos fundamentais das crianças se os mesmos não estão sendo vivenciados e/ou compreendidos no âmbito escolar. Não queremos dizer que esses documentos são a “salvação” dos problemas no âmbito escolar, porém, os mesmos apresentam aspectos relevantes, com parâmetros, indicadores e critérios minimamente necessários para o trabalho com crianças de Educação Infantil. Sabe-se que alguns pontos como a estrutura física não dependem apenas das professoras e equipe diretiva que trabalham na escola, mas de investimentos do governo (seja qual for), de maior comprometimento e de promessas cumpridas. É importante, destacar que as mudanças não ocorrem sozinhas, pois, por vezes, precisamos de verbas ou ações que nos deixam “de mãos atadas”, no entanto, precisamos minimamente partir de um esclarecimento, afinal somente assim teremos clareza para exigir e propor o que é nosso por direito. Para adquirir tal esclarecimento é necessário ter vontade e acreditar que a mudança é possível, desde o âmbito micro até o macro, por exemplo, a partir da escolha de temáticas que vão ser trabalhadas a partir do que as crianças desejam aprender. Afinal, se nos comprometemos em ter uma instituição da primeira infância baseada no diálogo, na escuta, na ética, necessitamos saber realmente ouvir as crianças. A compreensão de que a criança está construindo seu conhecimento, e “não sendo ensinada por um corpo portador de conhecimento” (DAHLBERG, MOSS E PENCE, 2003, p. 105). Esta produção de conhecimento e significados são realizadas

nas interações criança - criança, criança – adulto, criança – mundo, etc.

Destacamos como ponto importante o fato da pesquisa nos proporcionar reflexões, discussões e estudos, contribuindo não somente para nossa formação profissional, mas para nos tornarmos pessoas melhores, sabendo olhar e escutar o outro de forma atenta, seja criança, jovem ou adulto.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 28 de dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Brasília. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/conheca>>. Acesso em 2 de jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, Resolução N° 05/CNE/CEB, Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil**. Brasília – DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de Educação Infantil**. Brasília : MEC, SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA MARIA. **Resolução CMESM nº 30**, de 21 de novembro de 2011.

DAHLBERG, G; MOSS, P; PENCE, A. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MALTA, M. M. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 6 ed. Brasília: MEC, SEB, 2009.

MINAYO, M.C.DE S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Artigo Article. 2011; pg. 621 – 626.

NUNES, M.F.R. Educação Infantil: Instituições, funções e propostas. In: **O cotidiano na Educação Infantil**. Secretaria de Educação a Distância. Boletim 23. Novembro. 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em: 28 de dez. 2015.

VIEIRA, S. L. **Política(s) e Gestão da Educação Básica**: revisitando conceitos simples. RBPAE.

Porto Alegre: v.23, nº 1 (jan/abr. 2007).

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-463-4



9 788572 474634